



Semana de esforço concentrado tem 21 itens para votação

Além de projetos de lei e medida provisória, a pauta tem 13 requerimentos. O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, espera que a semana repita o bom resultado de agosto, quando 16 proposições foram votadas em dois dias

Muitos dos projetos que podem ser apreciados no esforço concentrado contêm medidas de cunho social, como a proposta que obriga entidades a ter pessoal capacitado para identificar casos de maus-tratos em crianças e a que estabelece aposentadoria especial para servidores públicos com deficiência. Outro item da pauta é a MP 647/2014, que aumentou os percentuais

de biodiesel e etanol no óleo diesel e na gasolina, respectivamente. A medida ampliou para 6% o percentual de biodiesel no óleo diesel e, durante a tramitação na Câmara, a proporção máxima de álcool na gasolina foi elevada para 27,5%. Os senadores deverão analisar ainda a PEC 63/2013, sobre o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e membros do Ministério Público. **2**

CPI do Metrô se reúne para definir presidente e vice **2**

Polícia Federal pode obter reajuste e reestruturação **3**

Expansão da banda larga é desigual

A ampliação do acesso à internet de alta velocidade no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste é o principal desafio do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), conforme avaliaram os senadores Wal-

ter Pinheiro e Anibal Diniz. A opinião foi apresentada durante o 2º Encontro de Avaliação do PNBL, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia na sexta-feira, em Salvador. **3**



Pinheiro e Anibal (ao centro) conduziram o debate sobre a democratização do acesso à internet de alta velocidade no país

ARQUIVO **S**



Reprodução

Em outubro de 1917, o jornal *A Época* registrou a entrada do país na guerra

O Senado e a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial

Arquivos guardados no Senado Federal mostram a importância dos discursos de Ruy Barbosa, senador entre 1890 e 1921, para a decisão do governo de participar

do conflito, iniciado há 100 anos. “O mundo nos começará a olhar como nação capaz de virtudes e heroísmos”, disse, ao defender a entrada do país na guerra. **4**

Analistas avaliam criação de uma “moeda do clima”

A definição de um pacto econômico-ambiental capaz de controlar o aumento da temperatura do planeta foi debatida sexta-feira pela Comissão

Mista de Mudanças Climáticas. Entre as ideias discutidas, está a criação de uma “moeda do clima” que seria adotada pelos bancos centrais dos países. **3**

Proposta altera contribuição previdenciária das fundações **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Entre as propostas em análise, estão o projeto de aposentadoria especial a servidor com deficiência e a medida provisória que aumenta os percentuais de biodiesel ao óleo diesel e de etanol à gasolina

Esforço concentrado tem extensa pauta de votações

ESTA SEMANA SERÁ de esforço concentrado no Senado. A pauta de votações tem 21 itens, alguns deles polêmicos, e mais 13 requerimentos.

Grande parte dos projetos tem cunho social. O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, disse considerar a pauta do esforço muito positiva. Para ele, a semana de votações concentradas deve repetir o desempenho registrado na primeira semana de agosto, quando foram votadas 16 proposições em dois dias.

Entre os projetos que devem gerar mais discussão, segundo o secretário-geral, está o PLS 250/2005 — Complementar, que estabelece a aposentadoria especial para os servidores públicos com deficiência. O benefício já é previsto para os contribuintes do INSS.

O texto, como foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que o servidor público com deficiência pode se aposentar após dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. O tempo de contribuição varia entre 25 e 29 anos para homens e entre 20 e 24 anos para mulheres, de acordo com o grau de



O máximo da adição de álcool anidro à gasolina pode passar de 25% para 27,5%

deficiência. A idade mínima para se aposentar corresponde ao estabelecido na Constituição (60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres), reduzida em número de dias idêntico ao da redução obtida no tempo de contribuição estabelecida no projeto.

O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei de Conversão 14/2014, decorrente da Medida Provisória 647/2014, que aumentou os percentuais de biodiesel e etanol misturados, respectivamente, ao óleo diesel e à gasolina.

O texto aumentou para 6% o percentual obrigatório de mistura do biodiesel ao óleo diesel. A partir de 1º de novembro, o percentual passará para 7%. Até a edição da MP

647, o percentual obrigatório era de 5%. O percentual poderá ser reduzido pelo Conselho Nacional de Política Energética, caso haja motivo justificado. O texto aprovado pela Câmara fixa a redução até o limite de 6%.

O texto original tratava apenas do biodiesel. Na Câmara, foi alterado para incluir, ainda, o aumento no percentual obrigatório de adição de álcool anidro à gasolina para 27,5%, desde que constatada a viabilidade técnica. Atualmente, segundo a Lei 8.723/1993, o governo pode elevar o percentual de mistura do etanol anidro até o limite de 25%, ou reduzi-lo até 18%. O parecer mantém o piso de 18%.

Registro de natimortos pode ser votado

Outros projetos de cunho social estão pautados no esforço concentrado. É o caso do que obriga entidades a ter pessoal capacitado para reconhecer e reportar casos de maus-tratos em crianças e adolescentes (SCD 417/2007) e do que prevê o direito dos pais de registrar natimortos, fetos que morrem dentro do útero ou durante o parto (PLC 88/2013).

Também podem ser votados o projeto que inclui os agentes de trânsito entre os

beneficiários do Bolsa Formação (PLC 92/2013) e o que prevê colocação de placas de acessibilidade para pessoas ostomizadas (que usam bolsa coletora para fezes e urina) em locais como banheiros públicos e privados e hospitais do SUS (PLC 103/2013).

Entre as proposições incluídas na pauta do esforço concentrado, está a PEC 5/2005. A proposta permite a eleição de representantes de brasileiros que moram no exterior.

Também está na pauta a PEC 63/2013, que estabelece o pagamento de um adicional por tempo de serviço a juizes e membros do Ministério Público. O adicional por tempo de serviço não fica submetido ao teto do funcionalismo, de R\$ 29.462,25, correspondente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Podem ser votados, ainda, textos que tratam de criação de cargos e indicação de autoridades.

CPI do Metrô deve eleger presidente e vice amanhã

A CPI do Metrô pode definir amanhã os nomes do presidente e do vice-presidente da comissão. Criada em maio depois de controvérsia envolvendo as CPIs da Petrobras, deverá investigar denúncias de formação de cartel e de corrupção em contratos, licitações, execução de obras

e manutenção de linhas de trens e metrô em São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais.

Tradicionalmente os partidos com as maiores bancadas no Congresso indicam o presidente e o relator das CPIs. O deputado Renato Simões (PT-SP) deve ser o relator.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão ordinária não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Posse no STJ

17h Renan Calheiros participa da posse de Francisco Falcão e Laurita Vaz como presidente e vice-presidente do STJ.

CONGRESSO Combate ao câncer

12h Sessão solene comemora os 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

CAE Contribuição previdenciária

10h Nova regra para o pagamento da contribuição patronal pelas fundações.

CPI DA PETROBRAS Requerimentos

10h15 Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras para analisar requerimentos.

CCJ Polícia Rodoviária Federal

10h30 Analisa projeto que reestrutura carreiras da Polícia Rodoviária Federal, entre outros.

CE Entidades estudantis

11h Na pauta, projeto que altera a legislação para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes.

MEDIDA PROVISÓRIA Finanças

11h Audiência pública na comissão mista da Medida Provisória 651/2014, que reforça o mercado financeiro e de capitais.

CDH Mulheres agredidas

11h30 Proposta de benefício financeiro a mulheres vítimas de violência.

CPI DO METRÔ Instalação

14h Instalação da comissão. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

TERÇA

CPI MISTA DA PETROBRAS Reunião

14h30 A comissão analisa requerimentos. Entre eles, o que pede averiguação sobre imóveis da presidente da estatal.

CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias

14h30 A Comissão Mista de Orçamento examina relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014). Às 18h, retoma a análise do relatório da LDO e examina outras proposições.

MEDIDA PROVISÓRIA Tratores

14h30 Leitura do relatório da MP 646/2014, que desobriga tratores de licenciamento.

MEDIDA PROVISÓRIA Impostos

14h30 Exame da MP 649, sobre dados ao consumidor quanto a carga tributária.

MEDIDA PROVISÓRIA Polícia Federal

14h30 Relatório sobre medida que reestrutura a carreira da Polícia Federal.

CDH Debates interativos

9h Debate interativo sobre transição de regime trabalhista dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional. Às 14h, audiência interativa sobre violência contra ativistas ambientais.

CMO LDO 2015

14h30 Examina relatório final das diretrizes para a Lei Orçamentária de 2015.

MEDIDA PROVISÓRIA Aviação

14h30 Instalação de comissão que avalia a MP 652/2014, sobre a aviação regional.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

14h40 Instalação de comissão de análise da MP 653/2014, sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Evento de avaliação do plano governamental para expansão da internet rápida no país aconteceu sexta-feira na Bahia, com discussão sobre o Marco Civil da Internet

Debate aponta desafio para expandir internet

A AMPLIAÇÃO DO acesso à internet no Norte, Nordeste e Centro-Oeste é principal desafio do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), segundo afirmaram os senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Aníbal Diniz (PT-AC) durante o 2º Encontro de Avaliação do PNBL. O evento, promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado, aconteceu sexta-feira em Salvador.

— Existe uma concentração desse serviço no Sul e Sudeste. O desafio é fazer isso chegar a todos os cantos do Brasil, aumentando o nível de investimento, a cobertura e a capacidade de uso por parte das pessoas, independente do seu poder econômico e da sua localização geográfica — destacou Pinheiro.

O senador lembrou que a ampliação da cobertura é o foco do leilão que trata da questão da frequência de 700 MHz. Ele também mencionou a proposta de Lei Geral das Antenas, que tramita no Senado, e defendeu o compartilhamento das estruturas onde são instaladas as estações de rádio-base.



Pinheiro (2º à esq.) e Anibal (D) apontaram as deficiências dos serviços de internet rápida nas regiões menos desenvolvidas

Para o relator do Plano de Avaliação do PNBL, Aníbal Diniz, falta ao governo criar um espaço de verdadeiro diálogo entre os atores envolvidos na implantação do plano.

— Do jeito que está, o PNBL não será implementado — avaliou o senador.

As operadoras de celular dizem que estão fazendo a

parte delas. Segundo Eduardo Levy, do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, as empresas investiram R\$ 29 bilhões só em 2013.

— Os contratos para a prestação dos serviços têm sido cumpridos e, em alguns casos, até mais do que o contratado — afirmou.

O governo também diz estar fazendo a parte dele, mas alega que os avanços na área são muito rápidos, gerando novas demandas. André Moura, do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, disse acreditar que será cumprida a meta do PNBL de levar internet rápida a 35 milhões de moradias até o

fim do ano, cobrando R\$ 35 de mensalidade.

Anibal, no entanto, afirmou que, apesar disso, falta diálogo e interação entre os setores.

— Ainda assim, há lugares do país em que o serviço não chega, principalmente no Norte e no Nordeste — disse.

A carência dos serviços na área justificou a escolha da CCT para a promoção das audiências de avaliação. A primeira aconteceu no Acre na semana anterior.

A audiência da CCT encerrou o evento Diálogos de Comunicação, uma iniciativa do Conselho Estadual de Comunicação Social e da Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, com o apoio do Legislativo baiano.

Além do PNBL, o evento debateu o Marco Civil da Internet. Na palestra de abertura, Sérgio Amadeu, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, destacou que o país tem uma das legislações mais avançadas do mundo voltadas para a garantia de direitos como privacidade, segurança de informações e neutralidade da rede.

“Moeda do clima” mobiliza especialistas

É possível criar uma moeda do clima? E como articular os bancos centrais dos países para atuar com essa moeda? Essas foram algumas das questões discutidas na sexta-feira em audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ). O encontro aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo.

— Precisamos criar uma Bretton Woods do baixo carbono — comparou Sirkis, referindo-se à conferência mundial que, em 1944, definiu parâmetros para a economia internacional.

Segundo ele, “a grande discussão atual é como criar um pano de fundo favorável à transição para a economia de baixo carbono no âmbito do sistema financeiro internacional”.

Propostas como a criação de taxas sobre a emissão de gases de efeito estufa e a aposta de uma solução de mercado, com os certificados negociáveis de redução de emissões, enfrentaram reações ou trouxeram resultados limitados, ponderou Emilio La Rovere, professor do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

La Rovere informou que, para limitar o aumento da temperatura do planeta, uma

das ideias apresentadas pela comunidade científica europeia é a criação de um valor social para o carbono. Isso o transformaria em instrumento monetário e envolveria, na iniciativa, o sistema financeiro internacional.

Lastro para emissão

Essas propostas consideram que, assim como o ouro foi definido como lastro para a emissão de moeda em determinado momento histórico, o mesmo pode ser feito com a emissão de carbono, que teria um valor econômico conversível adotado pelos bancos centrais.

O aporte de capital lastreado em ativos de carbono legitimaria recursos em projetos de energia limpa, que, em princípio, têm custos iniciais de implantação maiores, ponderou La Rovere.

O professor destacou que esses projetos se pagariam e, portanto, não seriam inflacionários nem formariam bolhas economicamente preocupantes, como a que originou a recessão mundial em 2008 e 2009, cujos reflexos ainda estão presentes no mercado.

A formulação de um novo pacto econômico-ambiental também foi abordada em exposição feita pelo professor Jean-Charles Hourcade, diretor de Pesquisa do Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cired, na sigla em francês).

Também participaram do encontro, entre outros, o professor Michele Stua, da Universidade de Sussex (Reino Unido), e Everton Lucero, chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Ministério das Relações Exteriores.



Comissão discute com analistas, em São Paulo, pacto econômico-ambiental

Comissão examina reajuste à Polícia Federal

A comissão mista destinada a dar parecer à MP 650/2014 retoma, amanhã, o debate sobre a reestruturação das carreiras da Polícia Federal (PF). A medida fixa reajuste salarial para agentes, escrivães e papiloscopistas e determina que todos os cargos da carreira passem a ser de nível superior, além de tornar explícito que os concursos podem ser de provas ou de provas e títulos.

Foram apresentadas 42 emendas à MP, que será relatada pelo senador José Pimentel (PT-CE). Delegados

da Polícia Federal são contrários à reestruturação de carreiras por meio de MP. O presidente da comissão, deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), afirmou que esse impasse pode ser resolvido dentro da própria PF.

Parlamentares discutiram o assunto em audiência pública no dia 6 de agosto com representantes do governo, de sindicatos e de associações.

A reunião será na sala 6 da Ala Nilo Coelho, às 14h30. Depois de passar pela comissão, a MP deverá ser votada pela Câmara e pelo Senado.

Pagamento à Previdência por fundação pode mudar

Com 16 itens na pauta, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar amanhã nova regra para o pagamento da contribuição previdenciária patronal pelas fundações. O projeto permite que essas entidades façam o recolhimento com base na receita bruta, e não na folha de pagamento.

A autora da proposta (PLS 453/2013), Ana Amélia (PP-RS), lembra que a Lei 12.844/2013 deixou as fundações de fora desse regime

temporário de contribuições. A exclusão, conforme a parlamentar, não se justifica e deve ser revista pelo Congresso Nacional.

A senadora argumenta que as fundações, apesar de não terem finalidade econômica em sentido estrito, sujeitam-se a encargos trabalhistas e “precisam de toda a ajuda possível, justamente pelos seus fins nobres”.

O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável à proposição.

Senador foi crucial para entrada do Brasil na 1ª Guerra

Ruy Barbosa foi conselheiro do presidente e usou talento retórico para convencer colegas do Senado. Conflito faz 100 anos

Ricardo Westin

DOCUMENTOS GUARDADOS NO Arquivo do Senado lançam luzes sobre um episódio esquecido da história: a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial, iniciada há 100 anos, em 1914. Os registros mostram que as opiniões de Ruy Barbosa (1849–1923), senador na época, foram cruciais para que o Brasil decidisse declarar guerra contra os impérios centrais e enviar homens e navios para a Europa.

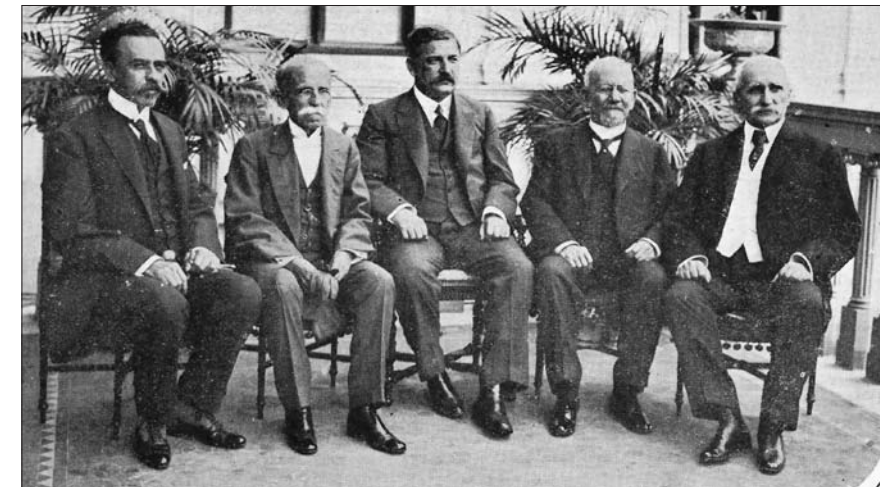
— Tenho sido acusado de estar pregando a guerra no continente americano em paz — discursa Ruy Barbosa (PRL-BA) em maio de 1917, no Palácio do Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio. — Não, senhores senadores, não preguei até hoje a guerra. A guerra não é matéria de arbítrio, deliberação ou escolha, mas uma situação criada pela Alemanha, que, envolvendo todos os países neutros na mesma situação dos beligerantes na guerra naval, não deixa aos neutros

outro caminho senão o de aceitar a guerra que ela declara.

A Alemanha era um dos impérios centrais, ao lado do Império Austro-Húngaro e do Império Turco-Otomano. Esse grupo estava em guerra contra os chamados aliados — Reino Unido, França, Rússia e, mais tarde, Estados Unidos. Quando a guerra é deflagrada, o Brasil opta pela neutralidade. A situação muda depois que submarinos alemães torpedeiam navios comerciais brasileiros. Inconformado, Ruy Barbosa insiste que o país não pode tolerar a ofensiva do “enxame de submarinos”:

— A Alemanha arroga a si o direito estupendo, inominável e infernal de matar indistintamente, como carga nos navios que destroem, os seus capitães, os seus tripulantes e os seus passageiros. É ilógico, é absurdo sustentar a neutralidade brasileira. Quando uma nação chega ao extremo, à miséria de não ter meios de se defender, de ser obrigada a tolerar em silêncio absoluto e resignação ilimitada todos os atos contra o seu direito, a sua honra e a sua existência, essa nação perdeu o direito de existir.

A gota d’água é o torpedeamento do navio Macau, em outubro de 1917, na costa espanhola. Antes de a embarcação ir a pique, dois tripulantes foram capturados como prisioneiros



Ruy Barbosa (2º à esq.) e o presidente Wenceslau Braz (C) em 1917, em reunião sobre a guerra

de guerra. Dias depois, o governo finalmente declara guerra.

Ruy Barbosa tem papel decisivo. Por um lado, é um dos mais influentes conselheiros do presidente Wenceslau Braz. Antes de tomar a resolução, o mandatário se reúne com o senador. Por outro lado, Ruy Barbosa combina seus conhecimentos de direito internacional com seu poder retórico para convencer os colegas do Senado a aprovar no mesmo dia a declaração de guerra proposta pelo presidente.

— Não obstante a nossa relativa pequenez, a nossa notória ausência de recursos [...], [ao aprovar o estado de guerra] daremos o passo mais grave, mais extraordinário dos anais do Parlamento brasileiro. O mundo nos começará a olhar como nação capaz de virtudes e heroísmos.

Ruy Barbosa é uma das figuras brasileiras mais admiradas de todos os tempos. Além de senador, foi advogado, jurista, jornalista, diplomata, ministro, deputado, ensaísta e até presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL). Foi ministro da Fazenda logo no primeiro governo da República. A passagem pelo Senado foi longa, de 1890 a 1921. Candidatou-se quatro vezes à Presidência da República, sem sucesso. Representou o Brasil na Conferência de Paz de Haia, em 1907, onde ganhou

respeito internacional por brigar pelos países fracos contra os interesses das potências. Foi então que ganhou a alcunha de Águia de Haia.

No Brasil, os partidários dos aliados normalmente utilizavam argumentos ideológicos ou econômicos — o Reino Unido era um grande parceiro comercial e mantinha muitos investimentos no país. Diferentemente deles, Ruy Barbosa escolhe seu lado na guerra baseado em questões jurídicas. Explica Christiane Laidler, professora de história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

— Para Ruy Barbosa, a Alemanha violava as regras do direito internacional. Ele apontava os crimes de guerra e o desrespeito à neutralidade dos países, como a invasão de Luxemburgo e da Bélgica. A Alemanha representava uma ameaça à segurança de todas as nações, sobretudo as pequenas, que dependiam do direito para se protegerem dos países que usavam a força.

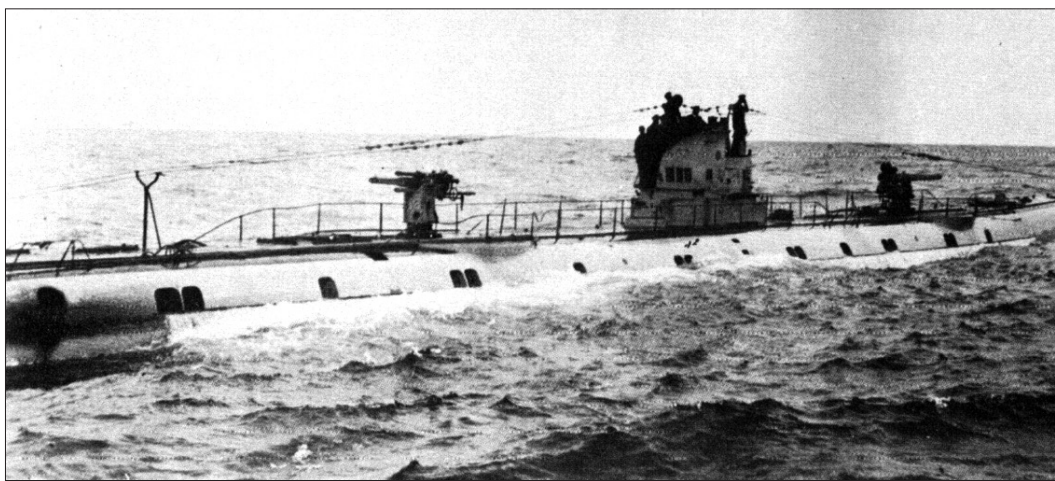
A 1ª Guerra terminaria um ano depois, em 1918, com um saldo de 16 milhões de mortos. O Brasil figuraria entre os vitoriosos.

Assista ao vídeo em que o jornalista Marcelo Monteiro e a professora Christiane Laidler explicam a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial: <http://bit.ly/arquivo1guerra>

País enviou navios, soldados e médicos para o conflito

Em outubro de 1917, o submarino alemão U-93 interceptou o navio a vapor brasileiro Macau nas proximidades da costa espanhola. A embarcação levava café para a França, desafiando o bloqueio imposto pelo kaiser Guilherme II. Dois tripulantes do Macau, incluindo o comandante, foram arrastados para dentro do submarino. Logo em seguida, o U-93 disparou um torpedo e o barco foi a pique. O restante da tripulação se salvou graças a botes salva-vidas. Esse foi o estopim para que o Brasil entrasse na guerra.

— A notícia deixou os brasileiros indignados. Em várias cidades, grupos invadiram e saquearam lojas, escritórios e fábricas dirigidas por alemães. Isso pesou na decisão do presidente Wenceslau Braz de entrar na guerra — afirma o jornalista Marcelo Monteiro, autor do livro



O submarino alemão U-93, que em 1917 atacou o navio brasileiro Macau: episódio pôs o Brasil na 1ª Guerra

U-93: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

A participação no conflito, porém, foi modesta. O Brasil enviou 13 aviadores para a força aérea britânica e 24 oficiais para o exército francês. Também destacou uma equipe de 150 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros e assistentes, para pôr em funcionamento um hospital brasileiro em Paris.

Além disso, o Brasil criou uma divisão com oito navios para atuar no Mediterrâneo. A esquadra, no entanto, enfrentou uma série de reveses no caminho. Os barcos estavam sucateados, o que exigiu demoradas paradas em ilhas do Atlântico e na África. A gripe espanhola praticamente dizimou os combatentes durante a travessia. A divisão naval alcançou Gibraltar em

10 de novembro de 1918, mas não chegou a atuar. A guerra acabaria no dia seguinte.

A 1ª Guerra foi resultado das tensões não declaradas que a Europa vivia desde o final do século 19. Os grandes países buscavam expandir as áreas de influência e, para isso, investiam em alianças diplomáticas e na aquisição de armamentos. Bastou que o arquiduque Francisco

Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, fosse assassinado, em 1914, para que o equilíbrio caísse por terra e a guerra explodisse.

— A guerra se deu há 100 anos, mas ainda é muito atual. Muitos dos conflitos de hoje começaram por causa dela. A Síria e o Iraque surgiram do esfacelamento do Império Turco-Otomano. A crise entre a Ucrânia e a Rússia tem origens ali, quando acaba o império russo e nasce a União Soviética. É na 1ª Guerra que os Estados Unidos passam a atuar de maneira mais intensa no cenário internacional — explica Joanival Gonçalves, consultor legislativo do Senado especializado em relações exteriores.

Apesar de ter pressionado a Alemanha por vários anos, o Brasil nunca teve notícia dos dois tripulantes do vapor Macau.